


- REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
- PERGUNTA Número 1666 / x (3ª)

Expeça-se
Publique-se
09107/2008
O Secretário da Mesa 

Assunto: Artigos de imprensa publicados na primeira página da secção de “Anúncios” do “Jornal de Notícias”

Destinatário: Ministra da Educação

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata constatou que pelo menos desde Janeiro de 2007, têm vindo a ser sucessivamente publicadas notícias sobre o Ministério da Educação na primeira página da secção de “Anúncios” do Jornal de Notícias.

A dúvida que se coloca perante o leitor é se os textos em questão, tantas vezes redigidas em tom apologético, acompanhadas de fotografias seleccionadas de forma a enaltecer as realizações do Governo, são textos informativos redigidos segundo critérios jornalísticos ou se são uma manifestação propagandística com recurso a recursos públicos.

Inseridos na secção de “Anúncios” daquele jornal, os artigos prestam informação com títulos tão apelativos como “Computadores para todos os alunos dos 7.º, 8.º e 9.º anos” (Edição JN Anúncios, 30/06/2008), “Escolas reinventam limites com novas tecnologias” (Edição JN Anúncios, 23/06/2008), “O país está a ganhar aposta do ensino profissional” (Edição JN Anúncios, 09/06/2008), “Roberto Carneiro avalia Novas Oportunidades”

(*Edição JN Anúncios, 21/04/2008*), “Portugal constrói escolas de nova geração” (*Edição JN Anúncios, 14/04/2008*), “Escolas mais abertas e com lideranças reforçadas” (*Edição JN Anúncios, 25/02/2008*), “Plano tecnológico revoluciona escolas” (*Edição JN Anúncios, 04/02/2008*), um título tão indutor como “Ensino artístico **precisa** de novo rumo” (*Edição JN Anúncios, 21/01/2008*), ou um outro título tranquilizador como “Educação de Adultos assente na exigência e no rigor”, acompanhado de fotografia de uma formadora indicando a leitura, entre dois adultos (*Edição JN Anúncios, 13/12/2007*), ou ainda um outro título, em jeito de balanço como “Ministério considerou 2006 como um ano positivo” (*Edição JN Anúncios, 24/01/2007*).

Importa que o Ministério da Educação esclareça se está a pagar publicidade subliminar, em forma de texto jornalístico, em jornais de circulação nacional.

Esta preocupação dos Deputados do PSD com os poucos recursos do Ministério da Educação, num período de grande dificuldade para os portugueses é recorrente.

Já em Outubro de 2006 (Requerimento n.º 246/X/2.ª) questionámos a senhora Ministra da Educação sobre os custos para o erário público da campanha publicitária que promoveu, sobre o Estatuto da Carreira Docente, para tentar desmentir os sindicatos. Nessa altura o Ministério da Educação gastou 21.052,79 Euros nessa campanha, sem proveito aparente para o sistema educativo português.

O Grupo Parlamentar identificou, no espaço de um ano e meio, 26 artigos de imprensa sobre matérias da competência do Ministério da Educação, publicados na primeira página da secção de anúncios do Jornal de Notícias.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea d) do n.º1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos que através de Vossa Excelência, a **Senhora Ministra da Educação** responda às seguintes questões:

1. *Qual é a responsabilidade do Ministério da Educação nos artigos de imprensa/publicidade que têm vindo a ser publicados na secção de anúncios do Jornal de Notícias?*
2. *A haver responsabilidade do Ministério na matéria, que serviço do Ministério da Educação redige os textos?*
3. *O Ministério recorreu ou recorre à prática da publicidade em forma de texto noticioso no Jornal de Notícias ou noutros meios de imprensa?*
4. *Qual é o custo de cada um dos textos já publicados para o erário público?*

Palácio de S. Bento, 9 de Julho de 2008.

Deputado(a)s:

Gracinda Pereira

Fernando Lourenço
António Costa (Ribeiro Castro)

Fernando Lourenço

Roberto Marques

3